

## RELUCI 2022

IDENTIFICAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO/ES

EXERCÍCIO: 2022

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PODERES

**Emitente:** Controladoria-Geral Interna (CGI)

**Entidade:** Poder Legislativo do Município de Castelo/ES

**Gestor responsável:** Tiago de Souza (Presidente)

**Exercício:** 2022

#### 1. RELATÓRIO:

##### 1.1. Introdução:

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Os pontos de controle selecionados para análise tiveram por base a Tabela Referencial (TR) do item 3.2.3 do Anexo III Instrução Normativa TCE-ES nº 68, de 08/12/2020, e alterações posteriores, a partir da qual houve constatações e proposições sugeridas, emitindo-se, ao final, o parecer conclusivo.

##### 1.2. Constatações e proposições

Mais do que explicar pontualmente sobre cada ponto de controle, transcrevendo de maneira integral partes da tabela, optamos, ao reverso, por explicar sucintamente os achados, até porque alguns dos objetos de auditoria não constavam da Tabela Referencial (TR) do item 1.1.3. do Anexo III da Instrução Normativa TCE-ES nº 68/2020:

a) Despesas com pessoal (códigos 1.4.6 e seguintes da TR):

O pagamento de pessoal, principal fonte de despesa da Câmara, ocorreu dentro dos limites estabelecidos na legislação, somando em 2022 R\$ 3.525.260,92, equivalente a 2,21% da receita corrente líquida, abaixo dos limites de alerta (5,4%), prudencial (5,7%) e máximo (6%) preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, mesmo com o reajuste de 7,70% concedido aos servidores em março de 2022 e aumentos pontuais decorrentes de reclassificações de cargos e concessões de gratificações, o comportamento da despesa pode ser considerado bom, a ponto de não haver qualquer reflexo relevante mesmo com a concessão de um abono de R\$ 1.000,00, em parcela única no mês de dezembro, aos servidores efetivos, comissionados e cedidos à Câmara, na forma da Lei nº 4.229, de 19 de dezembro de 2022, valores que foram empenhados, liquidados e pagos integralmente naquele exercício sem a previsão de qualquer parcela a ser implementada em períodos posteriores a ele.

Consultado, o gestor informou que a concessão do abono atende a legislação e a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado exarada no Parecer Consulta nº 01/2012, que considera possível tal concessão *“mesmo durante o período de 180 dias, observados os limites previstos no art. 20, da LRF, bem*

*como o estabelecido no art. 16 do mesmo diploma legal e no art. 169, § 1º, da CF”.*

De resto é importante salientar que a Câmara está cumprindo a decisão monocrática proferida no processo TCE/ES nº 00839/2021-8, relativamente à suspensão do pagamento do acréscimo remuneratório de 3,92% concedido pela Lei nº 4.027/2020, tendo conseguido manter sua suspensão, desde 19 de janeiro de 2022, por meio de decisão proferida no agravo de instrumento de nº 5007483-65.2021.8.08.0000.

b) Ausência de Registro de Admissão (código 2.5.37 da TR):

A Câmara Municipal de Castelo realizou em 2018 concurso público para provimento de cargos efetivos sendo seu resultado final homologado em 01/04/2019.

No período de 15 de janeiro de 2020 a 27 de junho de 2022 foram nomeados todos os candidatos aprovados nas vagas existentes, observando-se entretanto que até meados do ano passado não constavam registradas nos sistemas do Tribunal de Contas as informações sobre o concurso ou nomeação dos candidatos nomeados.

A esse respeito o gestor informou que o setor competente estava encontrando dificuldades técnicas para efetuar tais registros mas já no final do ano passado foi constatado que todos os dados foram remetidos e recebidos pelo Tribunal de Contas regularizando assim tal inconsistência.

c) Servidores públicos ocupantes de cargos comissionados (código 2.6.1 da TR):

Foi verificado que algumas atribuições que se relacionam mais a de cargos efetivos estão sendo desempenhadas por servidores ocupantes de cargos em comissão, cuja função precípua destina-se à direção, chefia e assessoramento.

Consultado o gestor ele informou que a Câmara Municipal de Castelo aplicou as provas do concurso público em 2018, seu resultado foi homologado em 2019 e todos os aprovados já foram nomeados, tomaram posse e entraram em exercício, de modo que em 2022 a maior parte das atribuições afetas aos servidores efetivos foram cometidas a eles.

#### d) Controle da execução dos contratos:

Embora não tenha sido observado nenhum indício de irregularidade na execução das despesas referentes a contratos, a ponto de não revelar inconsistências no seu cumprimento, é digno de registro que o Legislativo poderia aperfeiçoar os mecanismos de controle dos bens e serviços recebidos, o que tornaria consequentemente melhores alguns procedimentos de liquidação.

Assim, a aquisição de papéis, café em pó e combustíveis, por exemplo, poderiam ser instados a um melhor controle, já que se tratam de bens e serviços de fruição periódica, revelando maior clareza para prevenir erros e facilitar a fiscalização.

### **1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal:**

Quanto à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, tomando-se por base os parâmetros da Tabela Referencial 1 do Anexo III Instrução Normativa TCE-ES nº 68/2020, a Controladoria verificou que o gestor

atendeu aos preceitos normativos vigentes, devendo ser destacado o cumprimento de todos os limites e metas financeiros e orçamentários, sobretudo no que tange às despesas de caráter continuado com pessoal, ressaltando, finalmente, que o Legislativo cumpriu sua obrigação com todos os servidores, vereadores e fornecedores em 2022, devolvendo ainda saldos financeiro e orçamentário para a Prefeitura de Castelo, o que evidencia o equilíbrio e parcimônia das contas do Legislativo Municipal.

## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO:**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade de Tiago de Souza, exercente do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Castelo no exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular, mesmo com as ressalvas feitas, tendo em vista que a Câmara Municipal de Castelo demonstra o cumprimento das normas inerentes à gestão orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal e operacional, observando, no objeto auditado, a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Castelo, ES, 1º de março de 2023.

**ANDERSON PEREIRA**  
Controlador-Geral Interno